

Você está aqui: [Página Principal](#) >> [Notícia](#)02/03/2018 - 17h40 - [Infância e juventude](#)

Infância e Juventude: MP entrega a reitor da UFG pedido para inclusão de disciplina no curso de Direito



Integrantes dos MPs explicaram a importância da inclusão da disciplina

Um pedido para inclusão da disciplina de Direito da Criança e do Adolescente no eixo de formação profissional do curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) foi entregue nesta semana ao reitor da instituição de ensino, Edward Madureira, pelo Ministério Público de Goiás. O ofício foi repassado ao dirigente em reunião na Procuradoria-Geral de Justiça na quarta-feira (28/2).

Participaram do encontro o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais do MP, Aylton Flávio

Vechi; a procuradora de Justiça Laura Maria Ferreira Bueno; os coordenadores dos Centros de Apoio Operacional da Infância e Juventude e da Educação do MP, Publius Lentulus da Rocha e Liana Antunes Tormin, e a procuradora da República Mariane Guimarães de Oliveira.

Diante do requerimento do MP, o reitor da UFG explicou que as unidades da instituição de ensino têm autonomia para deliberar sobre essas questões que envolvem a grade curricular. Ele se dispôs, no entanto, a participar da discussão sobre o tema com a direção da Faculdade de Direito. Idealizador da proposta, o coordenador do CAO Infância do MP pretende agendar para os próximos dias uma reunião com os dirigentes da unidade.

O ofício entregue à UFG é instruído com um amplo estudo realizado pelo CAO Infância justificando a importância da inserção de uma disciplina específica tratando do direito da criança e do adolescente na grade curricular dos cursos de Direito. O embasamento elaborado pelo coordenador do CAO lembra que a prioridade da atenção integral à infância e juventude é política definida na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, o que torna ainda mais relevante a formação de profissionais da área jurídica com conhecimento sobre o tema.

“Para que as crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados com a prioridade estabelecida na Constituição e reforçada na legislação infraconstitucional, devemos aceitar sua condição de sujeitos de direitos, inclusive na docência pelas instituições de ensino superior, para que os futuros operários do mundo jurídico se envolvem na busca das melhores escolhas sociais e políticas a serem realizadas no âmbito da proteção integral à infância e juventude”, ressalta o documento.

O ofício também traz um levantamento com dados sobre o número de feitos judiciais em andamento hoje relacionados à criança e ao adolescente apenas na comarca de Goiânia: 7.942 processos em curso nos Juizados da Infância e Juventude em primeira instância e 583 em grau de recurso, além de 29.882 feitos nas varas de família e 306 em fase recursal. São demandas, conforme pontuado pelo MP, que reclamam conhecimento específico.

Segundo Publius Lentulus, o pedido feito à Universidade Federal deverá ser levado a outras 36 faculdades de Direito existentes em Goiás. (Texto: Ana Cristina Arruda – Fotos: Geovanna Lemes - estagiária/Assessoria de Comunicação Social do MP-GO)

Compartilhar: [Recomendar 0](#) [Tweetar](#) [Partilhar](#)

✓ 184 visualizações

[<< voltar](#)

ASCOM MP-GO

Tire suas dúvidas, encontre os serviços e contatos da Assessoria de Comunicação

Mais lidas

- 1 MP deflagra Operação Caifás em 3 cidades para desarticular desvios de recursos da Igreja Católica
- 2 Nova competência da Justiça Militar é tema de minicurso no MP-GO
- 3 [Aula magna de especialização promovida pela ESMP aborda os 5 nós górdios das Ciências Criminais](#)
- 4 MP deve oferecer denúncia nesta semana no caso da Operação Caifás
- 5 Promotor obtém pena máxima para réu que matou mulher a facadas na frente do filho em Jataí

Veja Também



Patrimônio público

Município de Ceres acolhe recomendação do MP e afasta secretária de Educação do cargo



ACESSO RÁPIDO

Digite para destacar abaixo...



CONHEÇA O MP-GO

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Procuradoria-Geral
Colégio de Procuradores
Conselho Superior
Corregedoria Geral
Ouvidoria

SUBPROCURADORIA DE JUSTIÇA

Assuntos Administrativos
Assuntos Institucionais
Assuntos Jurídicos

INSTITUCIONAL

Procuradorias de Justiça
Promotorias de Justiça
Recursos Constitucionais
Escola Superior
Diretoria-Geral
Controladoria Interna
Gabinete de Planejamento e Gestão Integrada

SUPERINTENDÊNCIAS

Administração
Finanças
Gestão em Recursos Humanos
Gestão Orçamentária e Compras
Informática
Judiciária
Planejamento e Gestão

DIÁRIO OFICIAL

CENTROS DE APOIO

Consumidor e Terceiro Setor Criminal
Direitos Humanos
Educação
Infância e Juventude
Meio Ambiente e Urbanismo
Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público
Saúde

ASSESSORIAS

Cerimonial
Comunicação Social

SERVIÇOS

Informação ao Cidadão
Portal da Transparência
Endereços e Telefones
Perguntas Frequentes
Notícias
Intranet
Revista Eletrônica do MP
Concursos, Cursos e Processos Seletivos
Legislação
Licitações
Plantão
Diário Oficial do Estado
Geo Acessibilidade
Acessibilidade Brasil - Softwares
Turma Recursal
Emolumentos de Serviços Notoriais

